



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 09/05

3.ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2005

27 de Outubro de 2005

*[Handwritten signature]*

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, Luís Filipe Moutinho Lopes.**

**Primeiro Secretário, Elisabete da Silva Ferreira.**

**Segundo Secretário, Manuel António Torrinho Frade.**

Membros presentes: Todos, com excepção dos senhores António Ramos Preto e Ismael António Gomes Pimentel, conforme constam da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo e os Senhores Vereadores Carla Tavares, Clotilde Cunha e Silva, João Bernardino, Gabriel Oliveira, Carlos Manuel Reis dos Santos, Rita Mafalda Madeira, António Nunes, Eduardo Rosa, Filipe Eduardo Ferreira e António Moreira.

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide se fazia representar nesta Sessão pelo senhor Rafael Vigário de Matos.  
(Documento anexo à presente Acta)

Verificado o Quórum, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

## I – TOMADA DE POSSE

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que, ao abrigo do n.º 1 do Art. 78º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o senhor Presidente da Assembleia, senhor António Ramos Preto e a indisponibilidade da senhora Vanda Cristina Simões Carmo e Manuela João Santana Rosado, do PS e a senhora Cláudia Isabel Pereira Cardoso, do BE (Documentos anexos à presente Acta). De seguida tomaram posse o senhor Rui André Mendes de Medeiros, do PS e Belmiro Batalha Lopes (Documentos anexos à presente Acta). Não foi dada posse de Assunção de Funções à senhora Salomé de Oliveira Pais Matos e ao senhor Jaime Pereira Garcia por não se encontrarem presentes.

## II – ORDEM DO DIA

### PROPOSTA:

**Ponto Único** – Apreciação e votação, nos termos da alínea f) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Lançamento de Derrama para o ano de 2006 ( Proposta n.º. 538/2005)”*.

O senhor **António Santos** propôs que fossem dados cinco minutos a cada partido para fazerem uma declaração política para falarem sobre as eleições Autárquicas.

Não havendo nenhum partido contra, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que não via inconveniente, mas que seriam utilizados depois da intervenção do Público.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

De seguida colocou a Ordem do Dia à discussão, sendo aprovada por unanimidade dos 42 membros presentes (Documento anexo à presente Acta)

### III – CORRESPONDÊNCIA

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Artº. 30º. do Regimento.

### V – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** iniciou o período com a explicação regimental e inscreveram-se os senhores Paulo Ferreira, José Clemente e Maria da Conceição Camelo.

O senhor **Paulo Ferreira** na sua intervenção leu um documento da Associação Cívica de Moradores de Alfovelos (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **José Clemente** interveio para se referiu à CRIL para dizer que comunga da expectativa apresentada pelo anterior orador. Lembrou o slogan da lista vencedora na Amadora “O melhor da Amadora são sempre as Pessoas”. Que tem esperança que este slogan não se limite ao período da campanha, mas que seja aplicado, em profundidade, durante todo o mandato, pois os munícipes estão à espera de não serem defraudados. Que não se limitará a fazer críticas, pois é um dever que lhe assiste, mas que o fará sempre para defender a qualidade de vida para as pessoas. Que é a favor do desenvolvimento do Concelho e que nunca estará do lado dos que o colocam acima do bem-estar das pessoas. Por fim desejou aos Autarcas um bom trabalho em prol do Município.



O senhor **Presidente da Câmara** ao senhor **Paulo Ferreira** sobre a CRIL disse-lhe está de acordo com o parecer desfavorável do Instituto do Ambiente ao projecto do EP. Que a Câmara fez um parecer, que foi a primeiro a intervir, ponto a ponto, em relação àquele projecto e que o que seria de estranhar é que houvesse um parecer favorável. Que a Câmara tem estado a acompanhar o desenvolvimento das correcções em relação ao projecto, tendo em conta os pontos negativos que foram colocados por diversas entidades, nomeadamente as Associações de Moradores, a Câmara e Ambiente. Que com isso se procura corrigir, ou tentar corrigir os pontos críticos do projecto do IEP. Que não se chegou ainda a todos os pontos negativos do projecto, mas há algumas evoluções. Uma primeira evolução do projecto do IEP foi a que demolia parte do Aqueduto das Águas Livres deixando de ser demolido, pois mexendo-se no nó da Buraca permitia que a CRIL passasse sem ter necessidade de o demolir e que já foi aceite pelo IEP. Outro que evoluiu foi a que tem a ver com a parte da passagem da CRIL entre o Bairro de Santa Cruz e a Damaia. Que havia uma caixa com 3 metros de altura dum lado e do outro 5 metros, ou seja, era uma verdadeira barreira e que o IEP já concordou em fazê-lo em túnel enterrado. Que se tem de ser enterrado por causa do Aqueduto, não fazia nenhum sentido que depois levantasse. Que o IEP ainda não está convencido que deve passar em túnel nas Portas de Benfica. Que tecnicamente não há argumentos para dizer que não é possível fazê-lo. Em relação à solução que a EP defende em ter a CRIL e o IC, ou seja, do lado da Azinhaga dos Besouros o IC e do lado da Escola de Alfovelos a CRIL e esta terá de passar sempre à superfície. Do lado da Azinhaga dos Besouros uma parte passa, no projecto que viu, passa em túnel, mas uma parte passa em viaduto e outra em vala aberta. Que não concebe a questão de não pôr as duas vias do mesmo lado, sendo elas em túnel. Que existem duas grandes divergências, sendo uma em relação à solução final, ou seja, em relação à zona de Alfovelos, pois não concorda com o emparedamento de Alfovelos e a outra é a questão das Portas de Benfica, porque tecnicamente está demonstrado que a solução em túnel é possível fazê-la. Que está definido haver uma reunião com o senhor Presidente do IEP para, mais uma vez, confrontarem-se as questões de divergência que existem. Que a solução como está não colhe a sua posição em





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

relação a este projecto. Por fim disse que tem de se apresentar um projecto que não prejudique a população.

A senhora **Maria da Conceição Monteiro** interveio para se referir à Av.<sup>a</sup> do Brasil dizendo que o problema que ali existe com os Bares deve ser resolvido. Que abriu ali mais um bar e por fim solicitou que aquele problema seja resolvido o mais rapidamente possível.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu-lhe dizendo que ontem, na reunião pública da Câmara, teve a oportunidade de responder aos munícipes que se inscreveram para referir esse problema. Que foi alertado para este problema através de um abaixo-assinado que lhe fizeram chegar. Que enviou uma informação para o serviço no sentido de proceder em conformidade, isto é, actuar. Que solicitou, também, à Polícia Municipal que fizesse a verificação de todos os estabelecimentos que existem naquele local e fazer um relatório do que é que está a funcionar e que licença tem para se verificar o que é que está a funcionar, o que é que está autorizado, que ramos é que lá estão, etc. Que, depois desse levantamento, a Câmara irá actuar. Que foi reduzido o horário de funcionamento dos bares para a meia-noite pela senhora Governadora Civil, excepto o Escondidinho, uma vez que não houve queixas dele. Por fim disse que a Câmara irá tomar as medidas necessárias para resolver o problema.

Encerrou o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** este período.

### VI- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que se passaria à declaração política solicitada.



O senhor **João Paulo Castanheira** interveio para dizer que não tinha intenção de fazer uma declaração política pelo que não vai fustigar a Assembleia com grandes análises aos resultados, mas sim apenas para felicitar o PS por esta vitória. Que as propostas apresentadas pelo PS foram as que foram votadas pela população e desejar ao senhor Presidente da Câmara, Joaquim Raposo, um bom trabalho em nome da Cidade e para bem da Cidade e de todos. Que espera que neste mandato haja algum tipo de inversão da política que houve nestes primeiros anos, pois conhece a posição dele em relação àquilo que foi feito e àquilo que acha que falta fazer. Que o modelo da construção de urbanizações em troca de umas contrapartidas é um modelo que está esgotado. Que sabe que o senhor Presidente da Câmara terá, para este seu terceiro mandato, um objectivo diferente, deixar um legado a esta Cidade. Por fim disse que as propostas defendidas por ele, que não foram sufragadas maioritariamente pelo povo, mas que algumas delas seriam positivas e que sejam levadas em conta, para bem da Cidade e para bem de todos.

O senhor **António Santos** interveio para dizer que, em primeiro lugar, neste primeiro balanço, não demorará todo o tempo. Saudou todos os que foram eleitos, quer para a vereação, quer para a Assembleia Municipal, quer para as Assembleias de Freguesia. Que o BE sempre encarou com muita modéstia ao longo dos últimos quatro anos em que pela primeira vez esteve representado na Assembleia Municipal da Amadora, todos os outros resultados que existiram e que é com modéstia que encara estes resultados, mas que seria falta de modéstia se não reconhecesse que os resultados das últimas eleições autárquicas na Amadora significaram que o BE foi a única força que cresceu em termos de votos, em termos de percentagem e em termos de mandatos em qualquer um dos órgãos representantes da Autarquia do Concelho da Amadora. Que, lamentavelmente, os resultados que agora surgiram e em que significam para todos os efeitos, tendo em conta que todos desceram e o BE foi a única força que aumentou de votos. Que, pela primeira vez, na Assembleia Municipal a Mesa é constituída por dois partidos, PS e PSD, nas Juntas de Freguesia que tomaram posse, Alfovelos, Damaia e Venteira também será assim, os executivos de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Freguesia serão constituídos, também, pelo PS e PSD, ou seja, que se está perante uma inflexão e a definição do parceiro principal, para as grandes opções políticas que o PS pretende na Amadora, será o PSD, será, claramente, uma viragem à direita. Que o BE conhece esse tipo de aliança, esta aliança é a aliança dos últimos trinta anos de governação, é a aliança onde se move o terreno fértil da deslocalização das empresas e do desemprego, é o terreno fértil dos "Offshores e da injustiça fiscal, é o terreno fértil da falta de transparência e de especulação mobiliária daquilo que são, é o terreno fértil da limitação das liberdades democráticas, é o terreno fértil da perda de direitos de cidadania, é o terreno fértil dos despejos e dos alojamentos e onde aqueles que constróem as casas são os últimos a terem direito à habitação, é o terreno fértil dos "Offshores boys e Offshores friends", é o terreno fértil das reformas milionárias para quem, com quarenta e poucos anos de idade, tem as reformas milionárias enquanto quem trabalha quarenta e tal anos, com o ordenado mínimo, tem reformas de miséria, é o terreno fértil daquilo que o BE estará sempre contra. Que é uma declaração política breve e o BE espera que as situações de gravidade social que o Concelho vai atravessar no próximo período. Lembra que o desemprego aumenta exponencialmente na Amadora e que a requalificação de Bairros degradados, como a Cova da Moura e as aldeias esquecidas como A-da-Beja significam, ou teriam que significar políticas diferentes, teriam de significar orientações diferentes, teriam que significar uma acção determinante, uma acção que, aliás, correspondia ao sentido de voto daqueles que votaram, mais uma vez, porque o melhor da Amadora, realmente, são sempre as pessoas, o voto à esquerda e não uma aliança clara que o PS resolveu tomar com os partidos da direita neste Concelho.

O senhor **Luís Guarita** interveio para dizer que gostava de começar por saudar todos os eleitos nesta nova Assembleia Municipal e desejar a todos, em nome da bancada do Grupo Municipal do PSD um bom trabalho, um bom mandato em nome da Amadora e em nome dos cidadãos da Amadora. Que é óbvio que não lhe parece ser este o tempo de se continuar a fazer a análise sobre uma decisão já tomada pela população da Amadora, a população escolheu, escolheu as propostas do PS, votou no PS, há que respeitar e há que não continuar a



falar do passado, mas sim, sobretudo, olhar para o futuro, é isso que o PSD fará, é isso que o PSD está aqui a fazer. Dentro das suas responsabilidades, é um partido que está na oposição, um partido que tem ideias próprias, é um partido que fará, responsavelmente, e tomará, responsavelmente, as suas ideias e as suas medidas em favor da população. Que este não é o momento, no entanto não queria deixar de referir que a moralidade não é um bem que pertença apenas ao BE, pertence a todos os partidos e que acha uma enorme falta de respeito que se continue nesta Assembleia Municipal a mencionar partidos como se quem mencionasse fosse o arauto da moralidade. Que todos têm direito à moralidade, à defesa dos ideais do PSD e das suas ideias e é isso que o PSD aqui faz, com respeito pelos outros mas sem os outros terem respeito por eles.

O senhor **Tremoço de Brito** interveio para saudar todos os eleitos autárquicos, dizendo que nestes próximos quatro anos os munícipes da Amadora esperam muito deles. Que estarão cá para fazer tudo o que estiver ao seu alcance no sentido de melhorar as condições de vida da população da Amadora, pois foi para isso que foram eleitos. Sobre as eleições disse que não se iria debruçar muito sobre elas, pois no sábado a CDU já teve oportunidade de colocar a situação. Que, mais uma vez, a CDU diz, claramente, é que não compreende, num estado democrático, em que a CDU teve como princípio, ao longo de todos estes anos, tendo por várias vezes a maioria e maiorias absolutas, sempre pugnou respeitar o resultado eleitoral, designadamente, formando a Mesa da Assembleia Municipal tendo em conta os resultados eleitorais. Que o PS não o entendeu desta maneira, pois afastou completamente a segunda força da Mesa da Assembleia, o que lamenta e que não compreende, mas que foi o PS que tomou essa posição. Que não percebe bem a aliança com o PSD, porque um partido que se diz de esquerda não era este tipo de aliança que deveria fazer, mas que cada partido assume as suas responsabilidades. Que a CDU lamenta, em termos democráticos e em termos de princípio sempre foi, aqui na Amadora, e pela primeira vez a segunda força política nesta Assembleia é afastada completamente da Mesa da Assembleia, pelo que lamenta que isso tenha acontecido. Que da parte da CDU não há qualquer problema, pois vai fazer oposição





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

exactamente da mesma maneira que sempre fizeram e que se houver propostas em que a CDU esteja de acordo votará a favor, mas houver propostas em que esteja contra votará contra. Que a CDU apresentou ao eleitorado da Amadora o que pensavam em termos de futuro, que pensaram em termos das suas propostas e, na Assembleia Municipal como na Câmara, as irão defender nesse sentido.

O senhor **João Serrano** interveio para dizer que pede desculpa por ter chegado um bocadinho atrasado, porque acabou de chegar de Santarém, onde acabou de assistir, também, à posse da Assembleia Municipal em que a CDU aliada ao PSD acabou de inviabilizar uma candidatura do PS, que tem a maioria na Assembleia Municipal. Que era uma história que queria referir, mas que o que queria era saudar todos os eleitos, todos os que vão participar na Assembleia Municipal e toda a vereação, desejando-lhes o melhor sucesso no trabalho que têm pela frente e também aos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia. Que queria, também, saudar a forma como decorreu o acto eleitoral tranquilo e que, como houve uma percentagem significativa, ao contrário do que se esperava em termos de percentagem de votação. Que gostaria, também, de saudar todos os candidatos que concorreram à Câmara, nomeadamente o senhor António Neto, o senhor Vereador João Bernardino, aqui presente, que saúda e também a senhora Diana Andringa que todos fizeram um esforço e que contribuíram muito para um debate sério, credível e que espera que continue a ser neste fórum, Assembleia Municipal. Que estes resultados têm uma leitura e que para o PS tem uma leitura positiva, ou seja, o que muitos esperavam era que se o País está zangado com o PS, certamente não o está na Amadora e com o senhor Joaquim Raposo, Presidente da Câmara Municipal. Se o País está zangado, não o está com os Autarcas das Juntas de Freguesia do PS e com o próprio PS na Amadora, porque o PS, na Amadora, conseguiu atingir os seus objectivos, ou seja, ter a maioria na Câmara e ter a maioria das Juntas de Freguesia e ter a maioria na Assembleia Municipal. Que quer dizer o que disse há quatro anos, que para o PS esta vitória aumenta as responsabilidades do PS, esta forte e consolidada maioria exige de todos que se faça cada vez melhor todos os dias para servir ainda melhor a população da Amadora. Que é também este



desafio que deixa às oposições, que também devem fazer a leitura destes resultados, que perceba a razão porque é que não cresceram, ou ficaram aquém das expectativas e que a única excepção foi o BE. Que é importante que haja uma boa oposição, que haja na Assembleia Municipal um bom debate, uma troca de impressões dentro de um espírito de seriedade, de lealdade e um espírito construtivo. Que se está a viver, actualmente, momentos difíceis no País e a Amadora não é excepção e, por isso, todos são poucos para atingir os objectivos que há pela frente. Que parte consciente das responsabilidades para o próximo mandato, procurando sempre servir a Amadora e como dizia o slogan do PS o melhor da Amadora são sempre as pessoas.

O senhor **António Miguel Lourenço** disse que o PEV também deveria fazer a sua declaração política uma vez que tem um eleito na Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, informou-o de que, para que o PEV fizesse uma intervenção política, teria de comunicar ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia, por escrito, a constituição do grupo do PEV. Como não o fez, continua a pertencer à CDU. De seguida iniciou as inscrições.

O senhor **João Serrano** fez uma interpelação à Mesa dizendo que a razão da mesma é que houve duas coligações, uma delas já transmitiu publicamente que se extinguiu no dia das eleições, o PSD e o CDS-PP e pergunta se por parte da CDU já houve, nos termos da Lei, a comunicação de que há autonomização do próprio grupo. Se não existe esta comunicação não vê razão para que seja dado um tempo ao partido Ecologista “Os Verdes.

O senhor **João Paulo Castanheira** fez uma interpelação à Mesa dizendo que o grupo do CDS-PP teve o cuidado de comunicar, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, a constituição do grupo Municipal do CDS-PP, porque o Regimento refere que é necessário que os grupos comuniquem à Assembleia Municipal a constituição do grupo e qual a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

respectiva liderança. Que o partido Ecologista “Os Verdes” tem todo o direito de constituir o seu Grupo Municipal, mas que terá o dever de o comunicar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que da ADA foram já constituídos os grupos e foi comunicada essa situação ao Presidente da Mesa da Assembleia e que as coisas ficaram claras e definidas. Que por parte da CDU não aconteceu, pelo que a Mesa considera-a em coligação, é um único grupo.

O senhor **António João Carixas** disse que, em termos de Lei, é claro, as coligações extinguem-se no dia das eleições e que o que a CDU não cumpriu foi a questão formal e regimental.

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, após estas intervenções iniciou este período abrindo as inscrições.

O senhor **João Pimenta Lopes** na sua intervenção disse que o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações em resposta a um requerimento, feito pelo senhor Deputado António Filipe na Assembleia da República, indicou, e passa a citar, “foi promovido um estudo de viabilidade relativamente ao IC 17/CRIL para análise das propostas apresentadas pelas Comissões de Moradores no que diz respeito aos assuntos emanados no requerimento, etc.”. Tendo em conta a discussão prévia com as interpolações das Comissões de Moradores e, tendo em conta que o que está aqui em causa é o estudo aprofundado que a Câmara não fez da proposta que os moradores apresentaram, pergunta ao senhor Presidente da Câmara qual a sua posição sobre este assunto.

O senhor **Luís Guarita** interveio para dizer que o grupo do PSD gostava de deixar duas ou três preocupações que entende que são muito relevantes nesta altura da vida do Município e



na altura em que se debate, na Assembleia da República, o Orçamento de Estado. Que este Orçamento, como já foi dito pelo seu partido, é um Orçamento que aponta no bom sentido, no entanto, para a Amadora, trás medidas que o PSD considera gravosas. Que é um facto que este Orçamento consagra a hipótese de as Câmaras Municipais, em três excepções, a habitação social, a recuperação urbana e os programas europeus, poderem contrair dívida, mas que para ele aparece algo que para eles é novo e não é legítimo, que é estarem os Municípios limitadas ao poder discricionário de três Ministros. Que acha que há um recuo e que mais uma vez não foi consagrada a Amadora como excepção e que era muito importante, pelo que acha que é uma derrota política do Presidente da Câmara e do PS da Amadora. Que é um alerta que o PSD tem de fazer e que o PSD estará na Assembleia a apoiar o senhor Presidente da Câmara nas reivindicações que faça para que esta situação se altere. Que, sobre esta matéria, o PSD irá recorrer à Assembleia Municipal que seja convocada uma Sessão Extraordinária para que discuta a questão do Orçamento, porque entende que esta é uma matéria fundamental para a Cidade e deve ser alvo de um debate alargado e feito aqui na Assembleia Municipal. Que a questão da CRIL é uma questão fundamental na Amadora, é uma questão essencial e central. Que, para além de tratar da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, implica com a vida de muitos munícipes e muitos cidadãos, pelo que deve merecer a maior atenção e o maior cuidado no seu tratamento. Que o PSD, na maior parte das propostas que o Presidente da Câmara aqui trouxe, concorda, nomeadamente com a salvaguarda do Aqueduto das Águas Livres e com a questão das Portas de Benfica, mas não concorda com a amputação do IC 16/CRIL. Que o que se pretende é transformar duas auto estradas com seis vias no mesmo sentido, num dos casos quatro mais três em três ou quatro vias o que para ele é afunilar o trânsito, o que não faz sentido. Que acha que a única solução defensável é a não amputação do troço da CRIL e do troço do IC 16, mas sim a colocação, em túnel, de ambos. Por fim disse que o PSD e o CDS-PP irão apresentar uma proposta de trabalho para discussão do Regimento e das Comissões.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **João Serrano** interveio para se referir à anterior intervenção, no que se refere ao Orçamento de Estado. Que no Orçamento de 2002 e 2003 foi criada uma clausula de impossibilitar as Autarquias a capacidade de endividamento para efeitos de construção social e que se sabem os custos que teve para a Amadora, nomeadamente os atrasos no processo de realojamento. Que, depois em 2004 houve um avanço, ou seja, criou-se outra vez a possibilidade de endividamento, mas apenas para projectos relacionados com projectos que têm a comparticipação nacional. Que agora este Governo, e bem, na coerência daquilo que sempre disse na oposição e sempre aquilo que o PS defendeu aqui na Assembleia Municipal da Amadora, propõe três novas clausulas de excepção à capacidade de endividamento. Primeiro os programas de habitação social, ou seja, o PER e nesse caso os acordos de colaboração que é para outras zonas do País. Excepção de clausula de endividamento para o financiamento da renovação de áreas urbanas degradadas e para a reabilitação de empreendimentos turísticos. Por isso senão havia, nas Autarquias nenhuma excepção, agora este Governo permite retomar aquilo que é um dos grandes desafios que há na Cidade da Amadora que é a questão do realojamento. Que, na Amadora, existem zonas críticas, nomeadamente a Cova da Moura, sendo esta tratada a seu tempo. Por fim disse que espera voltar a esta Assembleia, a breve prazo, para anunciar esta medida do Governo que vai beneficiar o Concelho da Amadora.

O senhor **Andrade Silva** disse que existe um consenso entre a Câmara e a posição das comissões de moradores relativamente à vantagem para a Amadora do parecer desfavorável do Ministério do Ambiente sobre a proposta do IEP relativo ao traçado da CRIL. Que é importante que os argumentos utilizados no parecer desfavorável estejam a ser ponderados, quer pelo IEP, quer pela Câmara, quer pelas associações de moradores, no sentido de se chegar a uma proposta que seja consensual e seja satisfatória de todos os interesses que estão aqui em causa e em particular, dos interesses das populações afectadas. Que gostaria que todas as propostas, nomeadamente as das associações, fossem seriamente ponderadas por todas as partes intervenientes no processo de discussão. Que o BE espera que isto aconteça



para que, no fim, se possa pugnar pela melhor decisão para o Concelho da Amadora e para as populações da Amadora.

O senhor **João Paulo Castanheira** interveio para se referir à proposta, que veio à Assembleia Municipal no dia trinta de Setembro de dois mil e quatro, sobre a criação de um prémio Municipal de Arquitectura denominado Roque Gameiro. Que o CDS-PP, na altura, defendeu que era uma ideia louvável. Que a Amadora é conhecida, no País, por ser um dos maiores símbolos de desornamento do território e de falta de qualidade arquitectónica, pelo que viu neste pequeno acto algo de muito positivo. Que, na altura, o CDS-PP apenas contestou que era desapropriado chamar a este prémio “Roque Gameiro”, sabendo-se que este foi um aguarelista e pintor e não um arquitecto. Que, na altura, o senhor Presidente de Câmara decidiu retirar a proposta no sentido de a reavaliar, reponderar aquelas questões e de a trazer, oportunamente, a esta Assembleia, pelo que pergunta em que ponto está a situação, se o prémio foi esquecido ou se, de facto, vai ser trazida novamente à Assembleia e, também, se a questão do nome já foi reequacionada. Que a questão do prémio é uma questão importante para a requalificação da Cidade e, também, a questão de haver uma exigência maior em termos do que são os projectos de arquitectura feitos na Cidade. Que existe um Decreto-Lei, que é o n.º. 73/73, que permite que 94% dos projectos de arquitectura apresentados no País sejam assinados por construtores civis, engenheiros, engenheiros técnicos, razão do País estar como está. Que pequenos gestos como aqueles são importantes, são fundamentais e que pensa que cabe às Câmaras ter alguma acção pedagógica junto dos promotores imobiliários no sentido de recomendar que os projectos sejam assinados por Arquitectos. Que não se justifica que a arquitectura seja exercida por Engenheiros ou por construtores civis. Por fim disse que gostaria de solicitar ao senhor Presidente da Câmara que voltasse a trazer esta matéria à Assembleia, no sentido do prémio ser implementado e, de preferência, como sugeriu o CDS-PP e a CDU, com o nome de um Arquitecto, o nome de Raul Lino, pois é um arquitecto que diz alguma coisa à Amadora e tem obra feita na Amadora, mas que poderá haver outros nomes.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas, tais como, o requerimento entregue na Assembleia da República pelo senhor deputado António Filipe dizendo que a questão foi colocada ao Governo e não à Câmara. Que não fará nenhum comentário porque não tem a resposta do Governo sobre aquela matéria. Ao senhor **Luís Guarita** disse que não vai discutir o Orçamento do Estado. Que é um Orçamento mau, no seu ponto de vista, para a Autarquia, como é para todas as Autarquias. Que compreende que neste momento existe um conjunto de redução de despesas e que tenha de ser distribuído por todos. Que o Município da Amadora, como todos os Municípios, na questão das transferências, vai ter aumento "0". Sobre o PIDAC disse que nem tudo o que está no mesmo é feito nem o que não está não é feito. Que já se assistiu a PIDAC consecutivos em que se nota que há intenção de não executar. Que já houve questões que não estão no PIDAC e que são feitas. Que se se olhar para os valores globais do PIDAC em relação ao Concelho da Amadora, nota-se que há um decréscimo em relação ao PIDAC em relação a este ano e que atingiu todos os Municípios e em particular os da Área Metropolitana de Lisboa. Que sugeriu, compreendendo que não se pode abrir um pacote em relação à habitação social para todo o País, mas sim que houvesse, em relação aos PERs estão contratualizados, que houvesse o compromisso do cumprimento de um acordo estabelecido entre as Autarquias e o Governo. Que esse acordo foi estabelecido de boa fé, mas foi interrompido. Que a medida que foi tomada permite exceção, mas que tem um senão, porque não é fácil encontrar um consenso entre três Ministros, o Ministro da Administração Interna, Ministro do Ordenamento do Território e Ministro das Finanças e que geralmente o travão vem sempre do Ministro das Finanças e que espera que haja bom senso dos três Ministros em relação a esta matéria e não inviabilizem o cumprimento do programa. Sobre a CRIL disse que há técnicos que defendem uma situação e outros, outra. Que se tem de encontrar uma solução que salvguarde os interesses da população. Ao senhor **João Paulo Castanheira** disse que, em relação ao prémio de Arquitectura, acha importante mantê-lo e que ele próprio se encarregará de o levar novamente à Câmara e depois à Assembleia no sentido de ser instituído. Que existem diversas opiniões sobre o nome do prémio. Que teve oportunidade de trocar algumas opiniões



com a Presidente da Ordem dos Arquitectos para que ela própria pudesse ajudar na escolha de um nome, mas que terá a ver com a Amadora. Por fim disse que espera que o prémio seja implementado e possa ser entregue já no próximo ano.

O senhor **João Pimenta Lopes** interveio para ler uma intervenção (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **Luís Guarita** voltou a intervir para dizer que gostava de louvar o senhor Presidente da Câmara pela ponderação e o bom senso nesta matéria do Orçamento de Estado, porque foi coerente e está a ser coerente com o que defendeu no passado. Que o PSD da Amadora, no passado, também se insurgiu contra o Orçamento de Estado que impedia uma excepção a um Município como a Amadora de poder resolver problemas graves e que essa coerência o PSD também a mantém e que continuarão a mantê-la na defesa dos interesses da Amadora e que estará a defender a Câmara e o senhor Presidente naquilo que for a defesa dos interesses da Amadora. Sobre a CRIL disse que já reparou que o PS tem projecto para a CRIL, mas que o PSD também tem um projecto, tem ideias que podem ser questionadas, mas há uma ideia e há um querer fazer alguma coisa. Que não consegue perceber o que é que a CDU quer para a resolução deste problema, pois mostra-lhe a sensação que não quer CRIL nenhuma, porque não ouviu aqui nenhuma vez a CDU apresentar um projecto ou querer discutir um projecto para a CRIL.

O senhor **Tremoço de Brito** voltou a intervir para dizer que, em relação à CRIL houve, em várias Sessões, a discussão da mesma pela CDU e foram ouvidas as intervenções das comissões de moradores, tanto de Alfovelos como da Damaia. Que a CDU disse várias vezes e vota a repetir é que se deveria ter em conta as opiniões das comissões, que deveriam ser discutidas, com as mesmas, as várias propostas que estão na Mesa e que se deveria ouvir as suas opiniões, porque são elas que moram naquelas zonas e que, o que saísse no final deveria ser no sentido de criar uma situação em que as pessoas ficassem beneficiadas, nem que para isso fosse necessário gastar mais dinheiro. Por fim disse que se as propostas que foram





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

9/1  
C.A.

apresentadas pelas comissões de moradores fossem as mais viáveis se deveria avançar com elas.

O senhor **Presidente da Câmara** voltou a intervir para dizer que sempre teve abertura para discutir todo o problema da CRIL. Que, tanto da sua parte e da do senhor Vereador Gabriel Oliveira, sempre se bateram por projectos em que acreditam, mas que também têm a noção e a sensibilidade e a disponibilidade para os ir evoluindo e alterando conforme lhes vão

fazendo ver que há outras soluções. Que na altura do PDM já deveriam ser colocadas outras soluções, mas que não foi feito.

Findo o tempo de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** encerrou este período.

### VII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto Único** – Apreciação e votação, nos termos da alínea f) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Lançamento de Derrama para o ano de 2006 ( Proposta n.º 538/2005)”*.

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou de que, em virtude não terem sido constituídas as Comissões, não há parecer.

O senhor **Presidente da Câmara** fez a introdução formal da proposta dizendo que a proposta não foi entregue antes porque alguém entendeu, por haver a campanha eleitoral, que não era o



momento adequado. Sobre a proposta disse que queria focar três questões, sendo a primeira em relação aos quadros da evolução da Derrama, dizendo que, apesar dos números que houve

no ano de 2004, o que hoje se pode avaliar no âmbito da Derrama cobrada até Setembro de 2005, e comparativamente com os mesmos do ano de 2004, aponta para uma quebra na arrecadação de cerca de 25,4%. Em relação ao investimento deste imposto disse que se tem de continuar com o PROQUAL, requalificação urbanística da Brandoa. Que há uma parte a que não se pode recorrer a empréstimos, apesar da excepção, há uma parte em que há financiamento e outra em que não há. Que pode ter de se baixar as percentagens financiadas pelo Estado e pela EU. Depois com o que tem a ver com duas intervenções no âmbito do URBAN II, que tem a ver com o Palácio dos Condes da Lousã, na Quinta Grande e com a

Sede das Associações dos Amigos da Damaia e Polidesportivo da Cova da Moura, para as quais não há financiamento comunitário e, como tal, tem de se ter receitas próprias e que, também, a estes não se pode recorrer a nenhum tipo de financiamento, uma vez que não está englobado na questão de poder haver empréstimo, desde que tenha o tal despacho dos três Ministros. Que é neste sentido que a Câmara mantém a proposta que vai ser aqui discutida com a questão do limite máximo, ou seja, 10% sobre a colecta do IRC.

O senhor **Andrade Silva** interveio para dizer que o BE vai votar a favor desta proposta porque considera que ela é sine qua non para o funcionamento do Órgão Autárquico, Câmara Municipal da Amadora e é um instrumento financeiro extraordinariamente importante. Que os recursos financeiros dos Municípios são uma condição fundamental para o desempenho das suas competências e atribuições. Por essas razões, o BE apresentou, recentemente, um projecto de Lei na Assembleia da República, visando alterar o modelo de financiamento das Autarquias por conhecerem que o actual é mau. Que a demonstrá-lo há problema das dificuldades de financiamento que os Órgãos das Autarquias hoje têm, como também a artificialidade subjacente aos regulamentos dos actuais impostos que podem ser considerados, no discurso político, como impostos municipais, nomeadamente o Imposto Municipal sobre





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Imóveis, o Imposto Municipal sobre Transacções de Imóveis, o Imposto sobre os Veículos e a Derrama. Que o BE está, também, preocupado com as pressões que existem, hoje em dia, sobre actos de licenciamentos de operações urbanísticas e as más decisões do ponto de vista urbanístico e ambiental praticado contra a qualidade de vida das pessoas, com infra-estruturas insuficientes e muitas vezes inexistentes, o que quer dizer que em face do actual modelo de financiamento muitas vezes as Câmaras vêm-se obrigadas a licenciar operações que do ponto de vista financeiro podem ser interessantes, mas contra a qualidade de vida ambiental das pessoas. Que a Derrama é um dos impostos em que os contribuintes pagam num Concelho, mas as despesas decorrentes da actividade das empresas fazem-se sentir, não nesse Concelho, mas noutros Concelhos. Por fim disse que o BE, como disse no princípio, não estando contra a proposta em apreciação pensa que a mesma carecia e deveria de uma discussão política e do enquadramento superior que defina a estratégia sobre os instrumentos financeiros ao serviço das políticas e que as políticas estejam sempre em primeiro e ao serviço das pessoas.

O senhor **António Carixas** interveio para dizer que o que se trata aqui é de um debate político. Sobre a Derrama disse que vão ser coerentes com o passado e que a posição da CDU está tomada, vota a favor da proposta. Que, no plano dos recursos financeiros e num quadro contraditório da evolução e aplicação da Legislação sobre as Finanças Locais, o peso da participação da Administração Local se encontra desvalorizado em resultado dos sucessivos incumprimentos da Lei das Finanças Locais e que se deve estar atento ao próximo Orçamento de Estado. Que espera que o próximo Orçamento de Estado beneficie a Amadora, mas que não deixa de ser preocupante outras questões do mesmo, pois parece que retoma uma prática do Governo de Cavaco Silva que não cumpria as transferências para as Autarquias. Que, nos últimos anos os impostos municipais sobre a população sofreram um aumento considerável, penalizando cidadãos, famílias, trabalhadores e pequenos comerciantes e industriais. Que é necessário reduzir as Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis e é necessário reequacionar todas as Taxas Municipais ao pequeno comércio e é necessário eliminar a Taxa de



Conservação de Esgotos. Por fim disse que é necessário aproveitar esta ocasião do lançamento da Derrama para corrigir estas injustiças.

O senhor **Luís Guarita** interveio para dizer que o Grupo do PSD entende que esta questão da Derrama é uma opção política. Que, de acordo com o que tem vindo a defender ao longo dos anos e de acordo com aquilo que, através da Aliança Democrática pela Amadora, colocou no seu programa, entende que a Derrama é uma má opção de utilização para gerar investimentos para a Câmara, porque entende que ela subtrai possíveis investimentos que são geradores de riqueza e emprego na Amadora e nos Concelhos. Que entende que a captação de investimento externo, nomeadamente o investimento de empresas, está pendente de muitas equações e que outros Concelhos à volta da Amadora utilizarão, como factor de competitividade, uma Taxa de Derrama mais atractiva. Que o PSD compreende e aceita a argumentação e o conteúdo da argumentação do PS e que entende que a Amadora é um caso de excepção e é um problema no todo nacional. Que nesta matéria, em coerência com aquilo que fez no passado e em coerência com aquilo que tem vindo a defender, não vai criar obstáculos na votação desta questão, mas sim irá abster-se.

O senhor **Luís Costa** interveio para dizer que o PS apoia esta proposta. Que está bem redigida e que demonstra que, num espaço de uma década, existiu uma crescente cobrança da Derrama no Concelho e que isso traduz uma atractividade crescente que resulta de um bom investimento que a Autarquia faz na geração de condições para que o tecido empresarial se estabeleça no Concelho. Que a própria cobrança da Derrama, ainda que seja relativizada, é calculada sobre a colecta e não sobre o volume de negócio das empresas e traduz uma pequena diferença entre uma cobrança de 9 ou de 8 para 10%. Outro dos factores importantes para que a Derrama se mantenha numa cobrança a este nível, porque os instrumentos financeiros das Autarquias se vão tornando o pilar principal da receita do Município, pois cada vez mais as dificuldades e as exigências de um Orçamento de Estado implicam que as Autarquias desenvolvam os seus próprios mecanismos e instrumentos e, sobretudo, tenham





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

uma grande responsabilidade na gestão financeira que aplicam sobre essas próprias receitas. Por fim salientou que a manutenção da Derrama é ainda mais importante porque existe uma quebra da receita global ao longo dos vários anos.

O senhor **João Paulo Castanheira** interveio para dizer ao anterior orador de que o facto de haver aumento do valor cobrado em Derrama pelo Município não significa que haja mais investimento e mais empresas atraídas para o Concelho, significa, simplesmente, que há maior colecta de IRC, o que quer dizer que as empresas têm mais lucros declarados. Que numa situação normal, e em coerência com os princípios do CDS-PP, votaria contra a proposta. Que o CDS-PP o que defende é que deve haver, em matéria de investimento, um conjunto de medidas, entre as quais a diminuição do valor da Derrama. Que não é aumentando os Impostos que se resolve os problemas, mas sim optimizando os recursos, reduzindo os custos supérfluos e não indo pela via mais fácil que é aumentar as receitas através do aumento dos Impostos. Que o CDS-PP não votará contra, e que mantém a sua posição em anos anteriores, que é a posição de abstenção porque compreende as necessidades específicas que tem a Cidade e o Concelho.

O senhor **Rafael Evaristo** interveio para perguntar, neste momento, quanto é que a Câmara gasta nos lixos e quanto é que poderia gastar se houvesse mais reciclagem. Por fim perguntou quais são os planos que neste momento estão em marcha para que se possa atrair o investimento e a indústria, porque o que tem visto é as empresas a sair do Concelho.

O senhor **Presidente da Câmara** ao senhor **Rafael Evaristo** disse que terão oportunidade de discutir o tema que colocou na altura em que forem analisadas as contas, o Orçamento e o Plano de Investimentos.



Não havendo intervenções, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por Maioria com 32 votos a favor e 7 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do senhor Presidente da Assembleia, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do n.º 3 do Artº. 92º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 37 membros presentes.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 24H00.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Luís Filipe Moutinho Lopes, 1º Secretário, que a redigiu.

